



**Acta da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia trinta de Junho
de dois mil e dez**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Senhor Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efectuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - José Maria Quadrado Tondela; -----

----- - Feliciano Pereira Martins; -----

----- - Nelson Rebolho Bolota; -----

----- - Cristiana Amélia Nunes Mendes; -----

----- - Carlos Alberto de Almeida Simões; -----

----- - Francisco António Fresta Darei; -----

----- - Sérgio Antunes Alverca, Presidente da Junta de Freguesia de Cinco Vilas; -----

----- - Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal; -----

----- - Francisco Leal Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Reigada; -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados: Nelson Rebolho Bolota; Cristiana Amélia Nunes Mendes; Carlos Alberto de Almeida Simões; Francisco António Fresta Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Almofala, Sérgio Antunes Alverca, Presidente da Junta de Freguesia de Cinco Vilas e Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal por motivos profissionais. -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “
Vamos dar início a esta sessão da assembleia municipal.” -----

-----1- **Período Antes da Ordem do Dia:** -----

-----1.1. **Leitura, apreciação e aprovação da acta da sessão de 30 de Setembro de 2009 e de 30 de Abril de 2010.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar à votação a acta de 30 de Setembro de 2009, uma vez que tem de ser aprovada, mas quem entender que deve abster-se está no seu direito, pois esta acta reporta-se ao mandato anterior e, como tal alguns dos presentes ainda não tinham sido eleitos para esta magna assembleia. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Maria Helena Nascimento Pires Ferreira, Ana Cidália Barroso Grilo, Sérgio André da Silva Ribeiro, Bruno Miguel Aguilhar Silva, Henrique Manuel Ferreira da Silva, Pedro Manuel Morgado Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Rodrigo e de Mário Daniel Carneiro André, Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Amargo. -----

Quanto à acta de 30 de Abril de 2010, colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Manuel dos Santos Guerra e Henrique Manuel Ferreira da Silva, porque não compareceram a esta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Estamos no período antes da ordem do dia e, sei que vai ser apresentada uma moção do Primeiro Secretário da Mesa, a qual não consta da ordem de trabalhos, mas na devida altura vai ser solicitada à assembleia a sua autorização para ser apresentada. Quem quiser inscrever-se para este período, façam favor.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “

Senhor Presidente da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados e excelentíssimo público presente. Gostaria de iniciar esta intervenção com um voto de congratulação à recente criação da primeira área protegida privada do país, da responsabilidade da Associação de Transumância e Natureza, na zona Faia Brava, na freguesia de Algodres deste concelho. Este projecto surge simultaneamente no Ano Internacional da Biodiversidade que neste concelho é comemorado de uma forma simbólica com este passo inovador que certamente será replicado por todo o país, por outras associações deste âmbito. Fica desta forma expresso e em acta o reconhecimento desta assembleia a todo o trabalho encetado por esta associação concelhia, pelo contributo activo de valor inquestionável para a conservação dos valores naturais e da biodiversidade, bem como para a valorização do património geológico e paisagístico local.

Um reconhecimento também extensível aos habitantes da freguesia de Algodres por terem contribuído de forma activa para preservação ambiental, que permitiu desta forma elevar esta zona a área protegida, que é uma grande parte do território de toda esta freguesia. Gostaria igualmente e já foi distribuído no início desta sessão, de colocar à consideração da assembleia a introdução de uma moção na ordem de trabalhos, a qual foi elaborada por mim e espero que seja abraçada por todos, pois obviamente o meu nome cairá e, passará caso seja entendimento da assembleia, a ser de todos. A moção intitula-se **Cumpra-se o Estado de Direito Democrático - Não à introdução de portagens na A25 e A23.** Esta moção veio fora de ordem, muito em razão dos últimos acontecimentos que tem vindo a suceder de forma violenta na definição do que vai acontecer em todas as sete SCUT'S existentes no país, especialmente a A25 e a A23 que são um veículo de comunicação importantíssimo para o interior e, nomeadamente para este concelho interiorizado, onde o investimento público à muitos anos não se faz notar. Ainda hoje saíram notícias em que o governo colocou à consideração do partido da oposição de uma proposta para isentar alguns concelhos que são abrangidos pelas SCUT'S, nomeadamente a A23 e A25 e, posso garantir que o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo não está nesse elenco, pois são quarenta e seis municípios que foram propostos para isentar, mas neste caso do Distrito da Guarda, apenas a Guarda, Celorico da Beira e Fornos de Algodres ficariam nesse cartel de isentos, pois Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Sabugal, ou seja, todas as outras teriam de pagar. Eu vejo com maus olhos esta situação que terá de ser repensada, ou pensada aqui hoje nesta assembleia e, à semelhança do que aconteceu na Assembleia Municipal da Guarda em que um Deputado do Partido Socialista apresentou exactamente uma moção do mesmo teor, a qual foi aprovada por unanimidade, por isso acho que Figueira de Castelo Rodrigo não pode ficar para trás e levar esta moção aos mais altos signatários deste país, designadamente à Assembleia da República e ao nosso Primeiro-Ministro. Muito obrigado." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Em relação à associação da Transumância e Natureza, temos que dar os parabéns a quem percebe a natureza, mas por exemplo tudo o que vem do ICN - Instituto de Conservação da Natureza é preciso ter cuidado porque são muito fundamentalistas, pois se existe alguma coisa para preservar as pessoas que cá estavam é que o fizeram, senão já nada haveria para guardar e, por outro lado trabalhar em conjunto com as populações para não surgirem os problemas que todos nós conhecemos, esperemos que os dirigentes desta associação tenham outra postura.

Em relação à moção da A23 e da A25, acho que faz todo o sentido, senão voltaremos ao tempo da outra senhora, em que se demorava seis a sete horas a chegar a Lisboa, o mesmo se passando em relação a Aveiro e à A25, em que grande parte dos troços desta foram construídos em cima do IP5, não havendo por isso grandes alternativas, daí apoiar totalmente esta moção." -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** " Boa - tarde Senhor Presidente da Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e Senhores Deputados. Gostaria de proferir algumas palavras acerca da Associação Transumância e Natureza, a qual detêm na freguesia de Algodres grande parte do seu território. Ora bem, foi recentemente aprovado em Diário da República a primeira reserva natural privada no país. A Associação Transumância é uma organização não governamental na área do ambiente, a qual desenvolveu um projecto de conservação da natureza nas margens do rio Côa nas freguesias de Algodres e Vale de Afonsinho, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e na freguesia de Cidadelhe, concelho de Pinhel, sendo constituída por uma área com cerca de seiscentos hectares, designada como Reserva Privada da Faia Brava. Está inserida na ZPE - Zona Protegida do vale do Côa e, em termos de aves rupícolas encontramos a águia real, a águia de boneti, grifo, britango, cegonha preta, entre outros, sendo um dos santuários nacionais em termos de habitat de nidificação, tendo sido já por várias observado este ano o abutre negro na reserva. Por outro lado, destaca-se a presença de maciços de azinheiras e uma vasta superfície de montados de sobreiros, que segundo vários autores abrange a maior mancha existente de todo o Distrito, tendo sido classificada como Zona Florestal 2006. A Freguesia de Algodres congratula-se com esta associação porque é sempre uma mais-valia para a população, tendo a Junta de Freguesia apoiado dentro das suas possibilidades em tudo quanto foi possível, como o transporte de grupos para o estudo, visitas, arranjo de caminhos, dispensa de alguns alojamentos, etc. No entanto queria salientar que todas estas espécies, fauna, flora e floresta só foi possível preservá-las com o contributo da população, a começar pelos senhores agricultores, caçadores, pastores e cidadãos anónimos e, como exemplo podemos sublinhar o facto de não se registar nenhum incêndio em todo este território à cinco anos, o que na minha opinião é significativo. Assim sendo, comunicamos à Associação Transumância e Natureza que podem contar com o apoio da Junta de Freguesia e dos habitantes para o engrandecimento da associação e preservação da natureza. Muito Obrigado." -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** " Eu só queria deixar a minha

opinião quanto ao pagamento de portagens nas SCTU'S. Ora bem, o ideal de facto seria que nós não pagássemos e que toda a gente não pagasse, mas uma coisa é certa para fazer obras é necessário depois de onde o dinheiro vai sair tanto dos utilizadores e dos não utilizadores, por isso defendo que a pagar teríamos de ser todos, porque o concelho de Almeida que tem uma certa área abrangida pela A25 não está isento e a Guarda e Celorico da Beira porque é que estão isentos, mas lançava aqui a ideia de que cada vez que ouço falar em fechar alguma escola ou um centro de saúde ou no pagamento de SCUT'S manifesto a minha indignação, porque até ao momento os concelhos dos país principalmente estes que tem saído por muitas vezes mais prejudicados ainda não tomaram uma posição conjunta, pois chegou a hora dos concelhos e dos Presidentes de Câmara se unirem e tomarem uma posição de força, porque por exemplo ainda hoje se falava no encerramento do centro de saúde de Almodôvar, qualquer dia vamos ser nós a ter esse problema e estamos isolados, por isso era importante que todos os autarcas do interior e do país defendessem estas ideias, que muitas vezes são contrárias às opiniões dos senhores ministros que estão fechados nos gabinetes e desconhecem as realidades existentes no interior do país. Nesta perspectiva, lanço aqui esta ideia de que as autarquias se juntem e defendam estas ideias em conjunto." -----

----- - **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Eu acho muito bem e concordo plenamente. Agora voltando à Faia Brava vimos aqui expressas as opiniões do Senhor Presidente da Junta de Algodres e do Deputado Mano que é um homem ligado a estes assuntos, mas gostava que o Senhor Presidente da Junta de Algodres me esclarecesse bem, pois gostaria de saber na realidade se a Associação Transumância e Natureza é particular portanto privada, é a primeira que temos no país, agora pergunto afinal quem manda nela, quais são os gestores e que categoria tem, porque a determinada altura não consigo entender nada daquilo.” -----

----- - **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** “ Então tudo quanto eu sei, trata-se de uma associação ambientalista privada, pois adquiriram alguns terrenos, se não estou em erro cerca de seis mil hectares que administram. A par disto desenvolvem actividades de preservação do olival e montado de sobreiro, tudo no âmbito ambiental, assim como uma fiscalização contra os incêndios, tendo contribuído para a existência de um bom relacionamento com a população, porque no início houve uma certa relutância, porque as pessoas não aceitavam muito bem, mas foram habilidosos e conseguiram estabelecer um bom ambiente ao ponto dos caçadores,

principalmente com os de lá, porque os de fora pagam as suas quotas com o objectivo só de irem caçar, começaram a ter outra mentalidade, assim como com a política utilizada quando apareceram os primeiros focos de incêndio, pois sabiam quem eram e nunca usaram a força, mas sim o diálogo e lentamente implementou-se uma tolerância entre todas as partes. Por outro lado, podiam dar outro desenvolvimento à freguesia, porque organizam constantemente visitas ora com grupos de estudo ora com visitantes que pretendem conhecer a paisagem e são conduzidos para a reserva não existindo quase nenhum contacto com os locais, mas tirando este aspecto, só aponto as mais-valias retiradas de toda esta situação. "-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Em termos de espaço geográfico estamos a falar de cerca de seiscentos hectares, existem caminhos ou está tudo junto?" -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** " Está tudo junto e, com os respectivos caminhos." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Não se trata de uma associação de propriedade?" -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** " Os caminhos encontram-se preservados da mesma maneira como estavam, aliás a Junta de Freguesia continua a tê-los a seu cargo, mesmo aqueles que dão para as propriedades deles, porque tudo o que possam dizer ao contrário é tudo falso, o que até convêm que os mantenham para conseguirem passar e circular para as propriedades deles, para além de que quando existem montarias não se opõem à passagem dos caçadores pelos caminhos na reserva." -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Portanto, segundo estou a perceber nas palavras do Senhor Presidente da Junta na reserva deles, pois existem outras propriedades que não são deles, isto é, no universo de seiscentos hectares já é tudo deles?" -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** " Eles detêm uma área de seiscentos hectares, mas no meio existem outras propriedades privadas que é o meu caso, que possuo uma com cerca de trinta hectares." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " A sua propriedade faz parte da contabilidade dos seiscentos hectares, ou seja está incluída na reserva." -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** “ Não, eu penso que não, porque os privados continuam a ter as suas propriedades e ninguém manda lá.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Os proprietários assinaram um documento.” -----

----- **Marcos Gualter Quadrado Velho, Presidente da Junta de Freguesia de Algodres:** “ O que eu sei é que as pessoas continuam a ter direito aos seus terrenos e respectivas passagens. “-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Já há muitos anos em Almofala, tinha começado com problemas devido a uma associação de propriedade e, na altura estudei todo o processo em profundidade, estando sempre um bocado desconfiado, porque neste mosaico todo em que existe o privado, uma associação que tem propriedades espalhadas e não tudo junto, existem caminhos públicos, se alguém vender um terreno que não faça fronteira com nenhuma da associação, será que esta vai ficar com direitos à medida que se vai vendendo outras propriedades, ou seja, ter sempre direito de opção, por isso levanta-me muita confusão, porque vejo ali algo que me transcende, por isso muito cuidado. Tenho dito.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Eu sou a favor que se preserve, mas esse tipo de trabalho deve ser feito em conjunto com a população local, pois se agora existem estes parques é porque a natureza foi bem guardada. Na minha opinião não é só conservar e proteger, porém para haver predadores tem de existir presas, daí também deverem contribuir a esse nível, não adianta preservar a águia se não tiver o que comer.”-----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Hoje pretendia falar sobre um assunto, porque já são trinta e cinco anos que eu iniciei a minha vida política e trinta e quatro a autárquica e, gostava de falar sobre o que eu já vi, por onde passei, o que encontramos e o que hoje há, mas os Deputados da oposição não estão na totalidade, assim como o Senhor Presidente da Câmara e, tudo o que eu queria dizer focava esses dois pólos, por isso fica para uma nova oportunidade. Assim sendo, vamos proceder à votação da moção **Cumpra-se o Estado de Direito Democrático - Não à introdução de portagens na A25 e A23**, para a sua introdução na ordem de trabalhos. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “---

----- **Francisco Costa Santa Comba, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:**

“ Boa-tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. Hoje, nesta sessão ordinária desta magna Assembleia pretendo simplesmente, recordar os presentes que no passado, 05 de Junho de 2010, dia do Ambiente, decorreu mais uma acção de protecção ambiental no nosso concelho, que se intitulou “**Limpar o Concelho**”. Entre algumas dezenas de voluntários, marcaram presença uma equipe do SEPNA da Guarda Nacional Republicana, os Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo, algumas das Juntas de Freguesia e com especial relevo para a participação entusiasta dos mais jovens, entre os quais, o Grupo de Escuteiros de Escalhão. As freguesias fizeram-se representar, com os meios e recursos humanos de que dispõem e colocaram-nos ao serviço do bem comum. Foram recolhidos e transportados para o ECOCENTRO da Marofa, algumas toneladas de resíduos sólidos, na sua generalidade, os chamados “monos caseiros” desde electrodomésticos, sofás, colchões, garrafas, pneus etc., que as pessoas menos esclarecidas abandonam em qualquer lugar poluindo, campos e florestas, o que é muito negativo. Senhor Vice - Presidente, torna-se necessário continuar a esclarecer os munícipes de que no preço de compra desses objectos já está incluída uma taxa para o comerciante recolher o produto que é substituído pelo novo, sensibilizá-los para os malefícios decorrentes no seu abandono e, actuar mesmo que coercivamente, através da aplicação de coimas, segundo o principio poluidor pagador, pois não podemos tolerar mais situações destas no nosso concelho. Esta acção foi coordenada pelo Município e contou com a presença activa e entusiasta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Edmundo Freire Ribeiro que demonstrou mais uma vez, com este gesto exemplar de trabalhador incansável, a sua nobreza de carácter e o imenso respeito que denota por um meio ambiente, mais limpo e saudável que pretendemos legar às gerações vindouras. Senhor Vice-Presidente conte sempre com todo o nosso empenho, dedicação e participação nas acções que vierem a ser implementadas na defesa do ambiente e bem comum. Nós também contamos sempre consigo e com o Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.”

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“ O ambiente é algo maravilhoso que nós temos, mas não confundam ambiente com o Ministério do Ambiente, pois tem fracas recordações do que tem feito neste concelho, a começar pelo nojo que está na encosta sul da freguesia de Castelo Rodrigo, uma vez que deu o aval para a construção da ETAR e, também me parece que vai permitir a construção da charca em frente ao Convento de Santa Maria de Aguiar, mas que eu não deixo cair no esquecimento e que de certeza vai dar chatices com o Ministério do Ambiente.”-----

-----2- Período da ordem do dia: -----

-----2.1. **Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **Arelindo Gonçalves Farinha, Vice-Presidente da Câmara Municipal:** “ Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os Senhores Deputados. Vou então falar um pouco acerca das actividades municipais que se desenvolveram desde a última sessão da assembleia municipal que decorreu no mês de Abril, em que ressalvo a participação no Projecto “Limpar o concelho”, o qual veio na sequência do Projecto “Limpar Portugal”, em que o principal objectivo seria consciencializar todas pessoas, mas principalmente os mais jovens e mais pequenos para este problema ambiental de tudo o que se despeja sem ser nos locais próprios, o qual apesar de ter corrido bem poderia ter tido mais participantes, mas penso que aos poucos chegaremos lá com mais actividades deste género, destacava a organização da Semana Cultural do Livro e da Leitura com a Feira do Livro, em que tivemos representadas cerca de vinte e três editoras, isto aliado a uma parte cultural com a actuação de alguns grupos onde também comemorámos o vinte cinco de Abril, em que conseguimos englobar pela primeira vez todos os Jardins de Infância, Escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário, inclusive os Lares de Terceira Idade existentes no concelho, assim como a organização da Actividade Figueira Sénior - Saúde e bem-estar em que se lançou o ano passado, em que demos continuidade este ano a este projecto com aulas de informática e inglês, a organização do Festival do Encerramento do Ano Lectivo (AEC), continuamos com o apoio às escolas de uma forma incondicional, designadamente o desenvolvimento de projectos como o Aprendendo Brincando em que inserimos a educação física desde o três anos de idade até aos setenta anos, ou seja, os professores deslocam-se a todos os Jardins de Infância e Centros de Dia e Lares de Terceira Idade, menos o da Vermiosa e, iniciámos agora o Verão Desportivo. A nível de obras, fornecimentos e empreitadas também se está a proceder à abertura do projecto de construção do Centro de Cuidados Continuados de Figueira de Castelo Rodrigo - Centro de Fisioterapia, também se adjudicaram e compraram bancadas amovíveis para alguns eventos ao ar livre, um palco móvel para facilitar a sua montagem e transporte de freguesia em freguesia. Relativamente à situação financeira do Município esta mantém-se estável e controlada, as dívidas inclusive aquela maior de médio e longo prazo, a das

Águas do Zêzere e Côa também está a ser administrada, não havendo nada para além do que tem sido normal em assembleias anteriores e, neste sentido penso que de uma maneira geral foi esta a actividade municipal desenvolvida nestes últimos três meses.” -----

-----2.2. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 54 - PCM / 2010, Adenda ao contrato de empréstimo realizado entre o Banco Português de Investimento, S.A e o Município de Figueira de Castelo Rodrigo.-----

----- Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal: “ O empréstimo já foi aprovado, não foi?” -----

----- Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal: “ Esta proposta é uma segunda adenda ao contrato, a qual está exactamente igual à anterior, uma vez que foi o Tribunal de Contas que obrigou o Município a proceder a estas alterações, especificamente no número um do artigo primeiro, pois foram estas as determinações do Tribunal de Contas e, o Município para obter o visto terá que alterar para vir aprovado. “ -----

----- - Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “ Na minha perspectiva se aparecer aqui uma situação de venda relativa à câmara municipal é que tenho de estar atento, mas se for para comprar ou pedir e se o banco emprestar porque agora é difícil devido a uma crise de dinheiro está tudo bem, mas parece-me que no nosso concelho essas dificuldades não se denotam. Quanto à proposta em apreciação, esta já passou pelo poder executivo, a qual foi aprovada por unanimidade, mas também tem de ser submetido à votação pelo poder deliberativo, isto é, pela assembleia municipal. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----2.3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 61 - PCM / 2010, Terceira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- Arelindo Gonçalves Farinha, Vice-Presidente da Câmara Municipal: “ As alterações relativas a esta revisão passam por transferir algumas verbas do Centro Ambiental de Barca D'Alva que não foi aprovado e, que irão ser reforçadas noutras rubricas, como nalgumas ruas do concelho, principalmente de Figueira de Castelo Rodrigo, acabando por ser uma redistribuição de verbas, mas que é considerada uma revisão.” -----

----- Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----**2.4. Análise, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 65 - PCM/2010, Voto de Pesar pelo falecimento do Nobel da Literatura, José Saramago.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:**

“Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia.” -----

----- **Arelindo Gonçalves Farinha, Vice-Presidente da Câmara Municipal:** “ Só quero sublinhar que este voto de pesar já foi aprovado por unanimidade pelo executivo da câmara e que também deveria ser submetido a votação pela assembleia municipal. Gostaria ainda de salientar a coincidência existente entre o dia da sua morte e a sua visita a Castelo Rodrigo passou em que passou exactamente um ano, em que estava um dia de chuva e trovoadas, tal como estava neste ano depois da morte dele, a qual não deixa de ser interessante.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Não nos vamos pronunciar sobre a sua obra literária, porque isso levaria a uma discussão bastante extensa.” -----

----- **Francisco Costa Santa Comba, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Apenas gostaria de acentuar o facto de que através da grande obra de José Saramago “ A viagem do elefante”, publicitou imenso o nosso concelho, por isso é ler e deliciar-nos com este livro, onde está o discurso do Alcaide de Castelo Rodrigo que é um espectáculo, por isso aconselho a sua leitura, tal como de outras obras, pois ao longo do tempo melhorou imenso a questão das vírgulas e dos pontos finais, daí poder fazer uma crítica positiva ao Nobel da Literatura, José Saramago. Sou um leitor assíduo dele.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.”---

-----**2.5. Análise, Discussão e Aprovação da Moção – Cumpra-se o Estado de Direito Democrático – Não à introdução de portagens na A25 e A23.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Apesar de já todos terem recebido o texto da moção, mas como ninguém teve a oportunidade de ler, vou solicitar ao Deputado Sérgio Ribeiro que procedesse à sua apresentação.” -----

----- - **Sérgio André da Silva Ribeiro, Deputado Municipal:** “ Boa-tarde a todos. **Moção Cumpra-se o Estado de Direito Democrático - Não à introdução de portagens na A25 e A23** As concessões SCUT resultam de um conceito introduzido e sufragado por voto popular, pelo XIII Governo Constitucional em 1997, consistindo em auto-estradas em que o Estado se

substitui ao utilizar no pagamento de portagem, um regime denominado “*Sem Custo para Utilizador*”. -----

Enquanto que no caso das auto-estradas com portagens é o utilizador da infra-estrutura que financia a construção, exploração e manutenção, no modelo SCUT, em princípio, seriam todos os contribuintes que, através dos impostos, suportam o investimento, bem como as actividades de exploração e manutenção. -----

- O Programa do XVII Governo Constitucional propôs, com a introdução deste modelo, um aumento da qualidade de vida dos portugueses, através da criação, ajustada aos desígnios de coesão nacional, de um sistema de mobilidade mais solidário, com mais conforto, mais segurança, menores tempos totais de deslocação e maior fiabilidade. -----

O sistema de transportes foi, então, considerado o factor determinante de coesão social e territorial e da competitividade do País, tendo em atenção as necessidades de uso e o equitativo e solidário tratamento de todos os cidadãos na garantia da sua mobilidade, melhorando a relação espaço/tempo associada aos principais eixos longitudinais e transversais do País, tendo sido dada prioridade às ligações ao interior, no sentido de promover a coesão nacional e o combate à desertificação! -----

Este programa, devidamente validado nas urnas, defendeu que estas deveriam permanecer como vias sem portagens enquanto se mantivessem as condições que justificaram, em nome da coesão nacional e territorial, a sua implementação, quer no que se refere aos indicadores de desenvolvimento socioeconómico das regiões em causa, quer no que diz respeito às alternativas de oferta no sistema rodoviário. -----

Neste programa ficou expresso que a introdução de portagens nas SCUT’S, nos casos em que tal se passasse a justificar, não só garantiria uma maior equidade e justiça social como permitiria o incremento de verbas a aplicar noutras áreas fundamentais das infra-estruturas rodoviárias, como seja a conservação e segurança, bem como o melhoramento da rede de estradas e a ampliação da rede rodoviária nacional. Para permitir que a introdução de portagens passasse a ser efectiva, foram identificados um conjunto de indicadores que se consideraram ser aqueles que melhor permitiam retratar de forma fidedigna a realidade socioeconómica das várias regiões servidas pelas SCUT’S, bem como as respectivas vias alternativas, permitindo dessa forma, implementar critérios de discriminação positiva mais justos e eficazes ao longo do tempo. -----

Esses critérios, definidos, para a aplicação de portagens em auto-estradas SCUT foram:

- **Critério Um – Índices de disparidade do PIB per capita regional** (deverão ser discriminadas positivamente as concessões SCUT em que o PIB per capita das regiões servidas da sua área de influência seja inferior a 80% da média nacional); -----

- **Critério 2 – Índice por Poder de Compra Concelhio [IPCC]** (deverão ser discriminadas positivamente as concessões SCUT em que o IPCC dos concelhos da sua área de influência seja inferior a 90% da média nacional); -----

- **Critério 3 – Tempo de percurso das vias alternativas** (o valor obtido entre o tempo de percurso nas vias alternativas e o tempo de percurso da SCUT não pode ser superior a 130%). -----

Do estudo, recente, efectuado pela Estradas de Portugal, EPE., a 18 de Outubro de 2006, ficou bem patente a impossibilidade de introdução de portagens nas concessões da Beira Litoral e Alta (A25) e Beira Interior (A23) uma vez que a grande maioria dos critérios definidos não se encontrarem cumpridos, muito especialmente no tocante ao PIB *per capita* e ao IPCC, com agravante, não explicada no estudo em referência, do desaparecimento das alternativas pré-existentes à construção destes troços, que foram subtraídos ao domínio público como premissa da existência de uma nova alternativa “*sem custos para o utilizador*”, falamos obviamente do malogrado IP5, utilizado quase na integra para a construção da A25, agora em risco ser portajada. -----

A implementação do regime das SCUT’s assentou em princípios de coesão nacional e territorial, pretendendo-se a promoção da atracção para regiões menos favorecidas de fontes criadoras de riqueza e o fomento das ligações ao Interior do País. Essa discriminação positiva terá, obrigatoriamente, de continuar a passar pela manutenção do regime SCUT, agora existente, nas regiões onde que os critérios supra continuam por se formalizar, aplicando-se a isenção total de portagens, contribuindo de forma eficaz para o combate à desertificação e à interioridade. -----

Não podemos aceitar que se faça *tábua rasa* de uma determinação sufragada pelo povo, fazendo perigar a essência do próprio *Estado de Direito Democrático*, traindo aqueles que continuam esquecidos e ostracizados, que contavam com este único investimento público de discriminação positiva, capaz de contrabalançar as assimetrias regionais que se tendem a clivar. Não podemos compactuar com, mais, esta agressão ao Interior, à coesão nacionais e territorial e aos mais elementares princípios que fundam a nossa portugalidade. Não pedimos mais do que o cumprimento de todas as obrigações do Estado para com o seu território, que este seja sério e cumpra os seus compromissos assumidos com os seus cidadãos. Cumpra-se o *Estado de Direito Democrático*, respeite-se o 25 de Abril, não à introdução de portagens na A25 e A23! -----

Muito obrigado. “ -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Nos tempos que correm houve a necessidade de investir em auto-estradas com qualidade, mas agora questiono, será que os governos estariam em condições económicas de poder fazer todo este esforço, assim sem que o utilizador pagasse um tostão. Na hipótese de sim era uma maravilha e eu concordava plenamente, mas por outro lado se realmente tem de se pagar, à distância de tempo, pouco a pouco, isto num plano sério, então no meu ponto de vista quem utiliza é que deve pagar, não é o meu vizinho, quando sou eu que por várias vezes ao dia utilizo a via. Por isso, está aqui uma moção que assenta em bases de direito verdadeiras, as promessas que foram feitas, trair o povo, ou seja, todos estes chavões que nós sabemos que são próprios da política.” -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Boa tarde a todos. Não é propriamente uma explicação dizer que me solidarizo com a moção no seu texto e fazer votos que a façam chegar a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, nomeadamente ao do maior partido da oposição, porque a proposta de introdução de portagens em todas as SCUT'S partiu dele. Sou ainda da opinião tal como o Deputado António Quadrado, que se deveriam solidarizar todos os autarcas dos concelhos não abrangidos pela isenção, de forma a tomar uma posição de força, isto com o apoio da Associação Nacional dos Municípios Portugueses pois terá mais visibilidade e, iremos sentir-nos mais tranquilos se tal não vier a suceder.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Em relação ao princípio do utilizador pagador vamos estar a retroceder, porque por exemplo quanto tempo vamos demorar a chegar a Aveiro sem ser pela A25, assim como para Lisboa pela A23. Neste sentido, penso que teremos de mostrar uma posição de força e mostrar que temos os nossos direitos.” -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes.” -----

----- **3. Outros assuntos:** -----

----- **3.1. Correspondência recebida e outras informações.** -----

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Quanto à correspondência recebida, destaco a matéria relativa ao encerramento de 900 escolas pelo Ministério da Educação devido a situação económica, por isso se alguém quiser emitir algum comentário, façam favor.” -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “ Quando comecei a dar aulas no Alentejo há cerca de trinta anos atrás, era a favor do encerramento de algumas

escolas devido ao seu isolamento, pois a realidade do país nessa região era outra, eram crianças que viviam nos montes e que se dirigiam à escola que se encontrava no meio do mato, estando um pouco alheados da religião, não sabiam o que era uma igreja e muito menos assistiam a uma missa, sendo importante para eles serem deslocados para uma vila e contactarem com mais pessoas do que os quatro ou cinco colegas da escola e os seus familiares, permitindo-lhes assim uma maior integração na sociedade, o que não se compreende no nosso concelho, exceptuando um ou outro caso como por exemplo a escola de Escarigo ou de Vale de Afonsinho que chegaram a ter um ou dois alunos o que se tornava uma situação aberrante. Agora não podemos fazer tábua rasa e encerrar praticamente todas as escolas do concelho, porque a escola de Escalhão fica aberta, mas só por mais quatro ou cinco anos, depois também encerrará, pois não terá o número de alunos exigidos. Para além disso, as crianças tem de ser transportadas todos os dias para sede de concelho, acabando por passar cada vez menos tempo junto da família, uma vez que estão o dia todo fora, chegando a casa ao final da tarde, fazem os trabalhos de casa, jantam e vão dormir. Por isso, quando oiço a Ministra da Educação a falar no encerramento destas escolas mais pequenas, para serem transportadas para escolas maiores e equipadas com computadores, ginásio, refeitório, não está a ser correcta. Na minha opinião relativamente a este assunto, tal como o do Centro de Saúde e o das SCTU'S é muito importante que os nossos autarcas nos defendam e, acho que a nível da Assembleia Municipal tem tido quer do Partido Socialista quer do Partido Social - Democrata uma posição de quase unanimidade quando toca na defesa dos interesses do nosso concelho, isto apesar do Partido Socialista se encontrar no poder. Quanto às escolas, teria que sair a lista das que vão fechar, para a autarquia ter uma palavra a dizer, mas na realidade penso que a curto - prazo todas as crianças estarão todas juntas, quando nalgumas freguesias existem melhores condições do que na escola de Figueira de Castelo Rodrigo." -----

----- **Arelando Gonçalves Farinha, Vice-Presidente da Câmara Municipal:** “ Em relação às escolas eu gostaria de dizer aqui, porque acompanhei todo o processo, que ao longo destes cinco anos conseguimos fechar escolas que tivessem menos de cinco alunos, as restantes temos mantido mais ou menos em funcionamento, melhor do que se estivessem aqui em Figueira. Neste último ano, fui a uma reunião à Guarda em que estava presente a equipa de apoio à escola, em que foi expressa a nossa intenção em mantermos as escolas abertas, uma vez que eram constituídas por uma média de oito a nove alunos, excepto as escolas da Reigada e Vermiosa, com cerca de catorze alunos, mas reforçaram a ideia de

que duas ou três escolas tinham que encerrar e, como tal teríamos de escolher. Logo de imediato remarcámos a posição de que não iríamos tomar essa decisão. Face a esta postura a rede foi pensada da seguinte forma, ou seja, os alunos da escola da Vermiosa passavam para a Reigada, os da Freixeda do Torrão iriam para Algodres ou vice-versa, os da Mata de Lobos viriam para Figueira de Castelo Rodrigo e só se manteria em funcionamento a escola de Escalhão. De imediato colocou-se a questão de que como é que se juntariam as crianças da Vermiosa com as Reigada se esta só tem uma sala, mas isso não importava porque já era um dado adquirido, tanto que a câmara em conjunto com o agrupamento de escolas apresentou uma exposição à Directora Regional a contestar este comportamento. Entretanto o município reforça ainda mais esta questão com uma apresentação em que se explicava que enquanto não tivéssemos a carta educativa e o centro educativo manteríamos as escolas abertas por falta de condições, além de que se levanta outro problema que é o do acompanhamento destes alunos, porque não se pode exigir que crianças desta idade andem em autocarros de transportes normais, pois todos os circuitos, tirando o que liga a Reigada à Vermiosa, são de transportes colectivos, em que a solução passaria por dobrar os transportes que possuímos, os quais só podem transportar seis crianças de cada vez em carrinhas de nove lugares, o que acaba por ser mais dispendioso do que pagar a um professor. Na segunda exposição que elaborámos, ressaltámos o facto de que a autarquia não asseguraria o acompanhamento de crianças no transporte para a escola, nem desta para as refeições, mas a situação mais caricata é que vamos ter crianças do 1ºCiclo na EB1, na EB2 e possivelmente na Escola Secundária. Entretanto na reunião realizada no Governo Civil da Guarda em que esteve presente o senhor Presidente da Câmara e a senhora Directora Regional sobre esta temática do encerramento de escolas ficou estabelecido que só fechavam de acordo com a vontade dos municípios, mas até à data não fomos contactados pelas equipas de apoio às escolas. Nesta altura, estamos numa situação em não temos certezas nenhuma quanto ao encerramento das escolas no nosso concelho, mas se a DREC - Direcção Regional de Educação do Centro respeitar o estabelecido, não vão fechar porque não se chegou a acordo entre esta e a autarquia." ---

----- **Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Quando comecei a trabalhar em 1952, as escolas estavam cheias de meninos, mas depois vamos avançando no tempo e, já estava em Almfala quando começou o fenómeno da emigração, o que levou a uma diminuição substancial no número de alunos. Para além disto, associam-se as políticas desenvolvidas há várias décadas ao nível da educação neste

país, em que não ataco nem defendo ninguém pela sua cor política, ou antes não defendo nenhuns, ataco-os a todos. Por outro lado com o passar do tempo o papel que o professor desempenhava dentro da comunidade, porque era visto como um exemplo tem vindo a desaparecer e, com o passar do tempo tem-se vindo a agravar. Esta minha posição já foi evidenciada numa reunião da Assembleia Distrital em Celorico da Beira, quando se falou no problema da desertificação, ao esclarecer que todos os políticos com responsabilidades no pós-25 de Abril, nenhum olhou com olhos de ver para o interior do país, pois o Doutor Mário Soares foi Primeiro-Ministro e Presidente da República e, só esteve no interior na questão das gravuras ruprestes, mas o actual Presidente da República Professor Aníbal Cavaco Silva que teve um período de governação extraordinariamente bom para executar obras e olhar pelo interior não fez nada. Assim sendo, afirmo com toda a clareza que nenhum político responsável e com o poder nas mãos nada fez pelo interior e, nós autarcas temos a prova disso, uma vez que andámos com a ilusão da construção da barragem na Quinta de Pêro Martins, mas o facto é que foram construídas as vias no litoral e nada foi feito no interior. Perante esta situação, a população mais jovem vai embora porque não consegue arranjar emprego. Agora vem o encerramento de escolas, depois o centro de saúde, mais tarde serão os tribunais e só vão ficar abertos os Lares de Terceira Idade e os Centros de Dia se ainda valerem a pena. Como políticos do poder local temos a responsabilidade de defender os interesses do nosso concelho e do nosso interior, o qual está sempre em primeiro lugar, em dar uma resposta firme ao poder central esteja quem estiver e só depois os homens das grandes vias e obras, pois não querem saber de nós." -----

----- - **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** " No seguimento do que aqui foi dito, gostaria de salientar que quando se fazem pequenas obras aqui no concelho ficamos contentes, mas se nos deslocarmos para o litoral observamos a construção de marginais, as quais são modificadas passado algum tempo, apesar de estarem em boas condições, enquanto que aqui no interior é completamente diferente." -----

----- - **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** " Gostaria de lembrar aos presentes que de facto desde há cinco anos a esta parte no concelho, só existem duas escolas do 1ºciclo, porque as escolas de Algodres, Freixeda do Torrão, Vermiosa, Reigada e Mata de Lobos funcionavam como salas de apoio a Figueira de Castelo Rodrigo, não tendo por isso existência legal como escolas do 1ºCiclo. " -----

-----**3.2. Intervenção do público.**-----

----- **Daniel Cortesão Casimiro Saraiva Gil:** " Em relação à Associação Transumância e

Natureza tem cerca de seiscentos hectares privados e, essa nova área privada protegida só engloba duzentos hectares. Gostaria também de explicar aos presentes que existem as Associações de Direito Privado, em que foi criada agora a primeira no nosso país, em que tem reservas e sujeitam-se a normas impostas pelo Ministério do Ambiente, embora não tenham um papel de fiscalização e, os Parques Naturais são entidades dentro das propriedades privadas, embora tenham outro estatuto. Para além disto, gostaria de pedir como cidadão figueirense, mas essencialmente como pai alguma atenção à limpeza do Parque Infantil no Largo Mateus de Castro, apesar da câmara municipal ter algum cuidado na limpeza, porque durante a noite alguns jovens de maioridade passam por lá depositando e partindo garrafas deixando ficar os vidros na parte interior do escorrega, principalmente à sexta-feira à noite. Solicitava que procedessem à sua limpeza durante o fim-de-semana para precaver estas situações." -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente acta fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Mário José Pimentel Saraiva Salvado. -----

